

O lugar do Oriente em Marx e a concepção Staliniana dos “Cinco Estágios”

Mauro C. B. de Moura

Como citar: MOURA, Mauro C. B. de. O lugar do Oriente em Marx e a concepção Staliniana dos “Cinco Estágios”. In : ROIO, Marcos Del (org.). **Marxismo e Oriente** : quando as periferias tornam-se os centros: Oficina Universitária; São Paulo: Ícone, 2008. p.69-89. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-274-0962-9.p69-89>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O LUGAR DO ORIENTE EM MARX E A CONCEPÇÃO STALINIANA DOS “CINCO ESTÁGIOS”

Mauro C.B. de Moura
Prof. de Filosofia da Universidade Federal da Bahia

1 Introdução

Diante da miríade de comentaristas, epígonos ou detratores, que assediam sua obra, nem sempre é possível descortinar o pensamento de Marx na intrincada teia que o envolve, restaurando suas próprias idéias dentro do confuso amálgama em que são, por muitos, apresentada. Participando ativamente da conjuntura política em que são lançadas ao debate, elas (as idéias de Marx), no entanto, obedecem a uma cronologia complexa, onde não podem ser desprezados, nem o contexto em que foram concebidas, nem o contexto em que foram divulgadas, o que torna ainda mais difícil sua abordagem.

A lapidar assertiva de Marx, em seu famoso Prefácio de 1859 (*Zur Kritik der politischen Ökonomie*), de que, “Reduzidos a grandes linhas, os modos de produção asiá

tico, antigo, feudal e burguês moderno aparecem como épocas progressivas da formação econômica da sociedade”,⁷¹ tendeu a ser considerada, sobretudo à esteira da concepção stalinista dos “cinco estágios”, como prova de sua incontestável adesão a uma interpretação histórica progressiva e linear.⁷² Com efeito, pareceria que Stalin, em 1938, ano da publicação do opúsculo *Sobre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético*, ao afirmar que “A História conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo”⁷³ estaria, em verdade, apenas coadjuvando as mesmas idéias antes esposadas por Marx. E tal crença prevaleceu hegemônica até, pelo menos, o XX Congresso do Partido Comunista da URSS, em 1956, quando foram ensejadas as condições políticas para que um debate mais amplo proliferasse.

O mais grave é que a concepção dos “cinco estágios”, em suas versões mais toscas, sequer mantêm a cautela da formulação stalinista, que, ao reconhecer “cinco tipos fundamentais”, pela fundamentalidade dos mesmos, não excluiu completamente outros “tipos de relações de produção”, que não tivessem idêntica importância. Os manuais de catequese não tiveram pudor em suprimir qualquer sutileza e toda história humana passa a ser

⁷¹ MARX, Karl. *Critique de l'économie politique*, in *Œuvres: économie* [ed. preparada por Maximilien Rubel], Paris, Gallimard, 1977, Tomo I, pp. 273/274.

⁷² Parece oportuno recordar que a *Zur Kritik...* de 1859 foi um dos poucos trabalhos, dentre os integrantes do grandioso projeto de crítica da economia política (1844-1883) que chegou a ser publicado, em vida, pelo próprio Marx. Correspondia ao primeiro tomo, dos dois que constituiriam o Livro I, “Do Capital”, de uma obra mais vasta, concebida inicialmente em seis livros, e que seria em seguida abandonada e substituída por uma nova, cujo destino seria, também, o do inacabamento: refiro-me a *O Capital*. A temática tratada na *Zur Kritik...* de 1859 (vale dizer, na parte do plano originário do trabalho que foi escrito e publicado) será retomada na primeira seção do Livro I da obra magna. Para uma abordagem mais ampla do assunto ver meu artigo “Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política de Marx”, in *Crítica Marxista* nº 9, São Paulo, Xamã, 1999, pp. 52-78.

⁷³ STALIN, Iosif. “Sobre el Materialismo Histórico y el Materialismo Dialéctico”, in *¿Anarquismo o Socialismo?*, México, Grijalbo, 1972, p. 118.

descrita, pela inexorável escatologia que se desdobra, progressiva e linearmente, em apenas cinco figuras históricas possíveis: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Destarte, por exemplo, uma equipe de autores soviéticos afirmava peremptoriamente, em 1959, ou seja, mesmo depois da defenestração de Stalin, que “A humanidade, como um todo, passou por quatro formações: comunitária primitiva, escravista, feudal e capitalista, vivendo agora na época da passagem à formação seguinte, comunista, cuja primeira fase se denomina socialismo”.⁷⁴

A singleza da formulação, independentemente de suas variantes, encontra eco no proselitismo, quase religioso, resultante da defesa maniqueísta dos interesses do “socialismo em um só país”, quando transplantados para a conjuntura da “guerra fria”, após a II Grande Guerra Mundial. Defender um destino histórico homogêneo e inexorável para todos os povos equivalia à chancela de uma única via política possível, proscurendo quaisquer desvios, que se colocavam, *a priori*, como contrários à própria “marcha da história”. O apelo popular deste esquematismo contribuiu, decididamente, para torná-lo hegemônico, sobretudo em momentos de grandes enfrentamentos sociais, como foi o do final da primeira metade do século XX, com os enormes sofrimentos humanos que sempre ensejam. Colocar-se a favor do inevitável curso dos acontecimentos será sempre um alento inestimável, sobretudo diante da tragédia da conflagração aberta, quando a possibilidade de pertencer a algo transcendente contrapõe-se à terrível e inquietante finitude do indivíduo, conferindo-lhe, pelo menos, o conforto da aura messiânica de estar em conformidade com a própria ordem histórica e sua inevitável trajetória.

⁷⁴ KUUCINEN, O., et alii. *Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, Rio, Vitória, 1962, p.130.

2 Sobre as vias do desenvolvimento histórico e a vertente oriental

O exame atento da passagem do *Prefácio de 1859*, citado anteriormente, deixa transparecer de imediato seu contraste, quando confrontado com a formulação de Stalin. Com efeito, a presença perturbadora do “modo de produção asiático” permite entrever, liminarmente, que não se podem tomar, simplesmente, uma pela outra, as seqüências históricas concebidas por Marx e Stalin. Com efeito, a ampla discussão, ao longo da década de 60, acerca do conceito de “modo de produção” e que teve no “modo de produção asiático” seu ponto fulcral, evidencia as dificuldades intransponíveis na identificação de uma e outra. O estopim da querela foi o livro de Karl Wittfogel, *O despotismo oriental*, publicado originalmente em 1957 e que, por seu caráter raivosamente anticomunista, suscitará um apaixonado confronto, nem sempre inspirado nas argumentações mais sólidas ou convincentes.

Não obstante, o trabalho de Wittfogel, cujo exame detido extrapola os limites deste escrito, teve o inegável mérito de despertar a atenção para o “modo de produção asiático”, omitido por Stalin. O debate fez com que se voltasse também atenção para uma obra de Marx que fora publicada na URSS, a partir de 1939, no exato momento do avanço nazi-fascista na II Guerra Mundial e do ingente e abnegado esforço para contê-lo, que provocou a postergação da sua repercussão. O recrudescimento do confronto da chamada “Guerra Fria” serviu para retardar ainda mais a difusão do conjunto de cadernos manuscritos por Marx entre 1857 e 1858 e dados a conhecer pelo nome de *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Anteriormente, em 1903, uma pequena parcela destes cadernos fora já publicada, ficando conhecida como Introdução de 1857, porém as partes do Caderno IV consagradas às Formas Anteriores à Produção Capitalista permaneceriam inéditas até a II Guerra.

No entanto, estes escritos só encontrariam uma conjuntura política propícia para sua divulgação quando a concepção unilinear do processo histórico fosse posta em questão e fossem preconizadas outras “vias” de transição ao socialismo, que não se encaixavam no modelo clássico patrocinado pela teoria dos “cinco estágios”. Com efeito, os escritos de Marx contidos nos cadernos aludidos sugerem claramente diferentes “vias” de desenvolvimento histórico, contrariando a interpretação prevalente da famosa passagem do *Prefácio de 1859*. Aliás, cumpriria assinalar que a concepção disseminada pelo opúsculo stalinista foi construída como contraponto a uma tradição anterior, que mesmo desconhecendo estes trabalhos, então inéditos de Marx, intuía uma descrição muito mais complexa do processo histórico.

Plekhanov, que seria firmemente combatido por Stalin por seu “determinismo geográfico”, era, certamente, um ardoroso defensor de um determinismo histórico monista e de um esquematismo universalizante, porém, paradoxalmente concebe, em função da base geográfica, é bem verdade, a possibilidade de trajetórias históricas diferenciadas. Para ele, por exemplo, em um trabalho de 1908,

[...] a lógica de desenvolvimento do modo feudal de produção levou à revolução social que marcou o triunfo do capitalismo. Mas, a lógica do desenvolvimento econômico da China ou do Egito Antigo [...] não conduziu, de modo algum, ao aparecimento do modo antigo de produção.⁷³

Portanto, para Plekhanov, o esquema de Marx, esboçado no *Prefácio de 1859*, quando alinha os “modos de produção” asiático, antigo, feudal e burguês moderno, não será interpretado como uma sucessão unilinear entre eles, na medida em que, da China e do Egito Antigo, não se desemboca no “modo de produção antigo”, da mesma forma como o

⁷³ PLEKHANOV, Gueorqui. *Cuestiones Fundamentales del Marxismo*, Barcelona, Fontamara, 1976, pp. 88-89.

capitalismo foi gestado nas entranhas do feudalismo.⁷⁶ Além disso, as forças produtivas geradas em ambientes geográficos diferenciados podem seguir trilhas diversas, o que explicaria, para Plekhanov, a multiplicidade de formas sociais oriundas de uma base comum: “o clã”.

Seria desnecessário discutir aqui a fundamentação de Plekhanov ao conceito de “clã”. O mais relevante e sugestivo é que, *matatis mutandis*, a “comunidade tribal” ou “comuna natural” parecem cumprir nos *Grundrisse* de Marx, desconhecidos por Plekhanov, um efeito teórico análogo. Importando menos sua eventual comprovação empírica do que sua função etiológica, fundante das formas sociais que daí emergem. O conceito de “clã”, em Plekhanov, é o sucedâneo universal de um conceito de família, que se revela histórico, sobretudo porque esta tende a estar associada a uma conotação patriarcal, devido a sua impregnação semântica pelo contexto burguês.

A “comuna natural” de Marx (de modo análogo ao “clã” de Plekhanov) é aquela organização social humana que serve de ponto de partida para a arrancada histórica, é o momento inicial da inflexão, onde o ser natural, biológico, do homem, mesmo configurando-se como social e constitutivamente gregário, ainda não tem história *stricto sensu*, que não seja “história natural” ou evolutiva, em sentido darwinista. Esta organização primígena, que do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas poderia ser caracterizada como uma sociedade de caçadores-coletores, adaptando-se ao *habitat*, ou meio geográfico (aproveitando-se a conceituação de Plekhanov), começando

⁷⁶ Valeria a pena recordar que Gramsci, ácido crítico de Plekhanov, a quem acusa de “positivismo”, aceita a separação clássica entre Oriente e Ocidente, não como expressão meramente geográfica, mas como indicativa de uma configuração sócio-histórica diferenciada (Cf. Gramsci, Antonio, *El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce*, México, Juan Pablos, 1975, p. 85 e p. 147).

a desenvolver seu campo instrumental e suas forças produtivas de maneira diferenciada.⁷⁷

Assim, para Marx

[...] a comunidade tribal, comuna natural, não é o resultado, senão condição prévia da apropriação (temporal) e da utilização coletivas do solo. [...] quando os homens se estabelecem, a comuna primitiva sofrerá modificações mais ou menos profundas, segundo as diferentes condições do meio (clima, situação geográfica, constituição do solo, etc.) e suas aptidões naturais (raça, etc.).⁷⁸

O campo instrumental aberto permite um leque ilimitado de possibilidades de desenvolvimento histórico, daí a enorme multiplicidade de culturas.⁷⁹ A comuna natural, modalidade primária de existência do *zoon politikon*, nas

⁷⁷ Caberia assinalar que a argumentação de Plekhanov encontra apoio explícito no próprio Marx quando afirma que: "Este [o modo de produção capitalista] supõe o domínio do homem sobre a natureza. Uma natureza demasiado pródiga 'o leva pela mão como uma criança de andadeiras'. Não converte o desenvolvimento do homem mesmo em necessidade natural. Não é o clima tropical, com sua vegetação luxuriante, a pátria do capital, senão a zona temperada. Não é a fertilidade absoluta do solo, senão sua diferenciação, a diversidade de seus produtos naturais, o que constitui o fundamento natural da divisão social do trabalho e compele o homem, mediante a mudança das circunstâncias naturais em que vive, para que diversifique suas próprias necessidades, faculdades, meios de trabalho e modos de trabalhar. É a necessidade de controlar socialmente uma força natural, de economizá-la, de apropriar-se dela ou de dominá-la em grande escala mediante obras da mão humana, o que desempenha o mais decisivo dos papéis na história da indústria" (Marx, Karl, *El Capital*, México, Siglo XXI, 1981, Livro I, Vol. 2, pp. 622/623 [*Das Kapital*, MEW, 23, Berlim, Dietz, Livro I, pp. 536/537]).

⁷⁸ MARX, Karl. *Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política [Grundrisse...]*, Madrid, Comunicación, 1972, Tomo I, p. 342.

⁷⁹ "A comunidade tribal, saída diretamente da natureza, ou se prefere, a horda (comunidade de sangue, de língua, de costumes, etc.), é a primeira condição de apropriação das condições objetivas de existência e da atividade reprodutiva e objetiva (esta atividade pode ser a dos pastores, caçadores, cultivadores, etc.). A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona, tanto o meio e a matéria do trabalho, como a base da comuna. Os indivíduos nela se relacionam simplesmente como propriedade da comuna, que se produz e reproduz no trabalho vivo. O indivíduo não é proprietário ou possuidor, senão porque é um elemento e um membro desta comuna. A apropriação real através do processo de trabalho se efetua em condições que não estão ligadas ao produto, senão que aparecem como naturais ou divinas. Ainda que repouse sobre a mesma relação fundamental, esta forma pode realizar-se de maneiras muito diversas" (*Ibid.*, Tomo I, pp. 342/343).

múltiplas formas que vai assumindo, pode desembocar em duas grandes vertentes de desenvolvimento histórico. Ambas partem desta base comunitária comum, na qual o indivíduo humano é, antes de tudo, um membro de sua comunidade, não importando as peculiaridades que cada cultura encerre. Na primeira modalidade, a estrutura comunitária pode sofrer inúmeras transformações, porém, seus vínculos, por mais esgarçados que eventualmente venham a estar, não se chegam a romper e a comunidade, enquanto tal, permanece, mesmo que se acople sobre ela um poder superior, como um “proprietário supremo”.

As “formas asiáticas” consistiriam, assim, essencialmente, numa constelação de comunidades, amalgamadas pelo acoplamento superposto de um elemento unitário comum, repetindo, em escala muito ampliada, a mesma estrutura que congregaria os diversos clãs em uma tribo. Marx assim se expressa:

Em meio ao despotismo oriental, no qual, juridicamente, a propriedade parece ausente, encontramos em realidade, como fundamento, a propriedade tribal ou coletiva, produzida essencialmente por uma combinação da manufatura e a agricultura no seio da pequena comunidade que satisfaz, assim, à totalidade de suas necessidades e contém todas as condições de reprodução e de produção de excedente. Uma parte de seu sobretabalho volta à coletividade suprema que, afinal de contas, tem o aspecto de uma pessoa. Este sobretabalho toma a forma de tributo, etc., ou de trabalhos coletivos concebidos para exaltar a unidade encarnada na pessoa do déspota real ou no ser tribal imaginário que é Deus.⁸⁰

Independentemente da exatidão empírica da formulação de Marx, o que parece nela fundamental é que permite descortinar toda uma vertente histórica extremamente rica e que não segue um padrão comparável àquela que desembocou no capitalismo, e tampouco configura uma “filosofia da história”

⁸⁰ Loc. Cit..

apriorística. O que Marx parece querer sublinhar, na verdade, é que a trajetória histórica que desaguou no capitalismo não foi a regra, mas parece ter sido a exceção, apesar das variantes que abarca. Com efeito, sua análise desta segunda modalidade destaca, pela ruptura dos vínculos comunitários um destino histórico muito mais volátil. Tal vertente “Supõe também a comuna como condição prévia. Todavia, contrariamente à primeira forma, não a supõe como substância [...]”.⁸¹

Enquanto as “formas asiáticas” produziram formações sociais muitos mais estáveis, nas quais, apesar da ocorrência de tempestades no cimo da pirâmide social, a sua base permanecia incólume durante séculos, esta segunda forma prima por sua plasticidade, por um destino histórico errante e veloz, fundado na dissolução dos vínculos comunitários, pela emergência da propriedade privada e pelo desgarramento do indivíduo que termina por propiciar. A comunidade aqui também é a base, cuja essência, porém, é subvertida pelo instituto da propriedade privada, que a solapa desde seus próprios fundamentos.

O acesso à propriedade fundiária é um atributo exclusivo dos membros reconhecidos da comuna que, por sua vez, expressa os interesses da comunidade dos proprietários. “A perpetuação da comuna tem por condição a manutenção da igualdade entre os camponeses livres que provêm suas próprias necessidades e cujo trabalho perpetua a propriedade”.⁸² Entretanto,

O comportamento de proprietário com respeito à terra supõe sempre uma ocupação, pacífica ou violenta, da terra pela tribo, comuna que possui ainda uma forma mais ou menos natural ou já desenvolvida historicamente. Aqui, o indivíduo jamais se manifesta isoladamente, como, por exemplo, o simples trabalhador livre. Se se supõe que as condições objetivas de seu trabalho lhe pertencem, estabeleceu-se a si

⁸¹ *Ibid.*, Tomo I, p. 344.

⁸² *Ibid.*, Tomo I, p. 346.

mesmo, subjetivamente, como membro de uma comuna, mediadora entre ele e a terra.⁸³

Esta comuna de proprietários, contudo, só pode se configurar como tal pela negativa universal de propriedade a quaisquer outros eventuais pretendentes. Exemplificando, na prática, a assertiva de Spinoza de que *omnis determinatio negatio est*, a comuna dos proprietários representa a unidade dos mesmos na afirmação da propriedade ante qualquer contestação, porque o atributo da propriedade, quando conferido a alguém, supõe sempre uma idêntica negativa a todos os demais. Por isso, a comuna dos proprietários tende a privilegiar a atividade militar, *conditio sine qua non* de manutenção da propriedade. Não obstante, esta associação de proprietários privados em defesa da propriedade, a “pequena comuna guerreira”, como a denominou Marx, tende a superar, pela auto-subversão da base comunitária, fundada na constituição de uma esfera privada, que se desprende da pública (que é a comum, *stricto sensu*), suas próprias limitações e os exemplos históricos desta ocorrência poderiam ser localizados nos judeus, na Grécia e em Roma.⁸⁴

3 A vertente ocidental

A propriedade privada funda a vertente européia ou ocidental de desenvolvimento histórico, em contraste com a asiática ou oriental. É na propriedade privada que se deve buscar a etiologia do esgarçamento dos laços comunitários, que

⁸³ *Ibid.*, p. 352.

⁸⁴ “Esta pequena comuna guerreira tende, entre outras coisas, a superar suas limitações (Roma, Grécia, os judeus, etc.)” (*Ibid.*, Tomo I, p. 346).

configuram, na trajetória ocidental, uma história acelerada e pejada de conflitos.⁸⁵

Por oposição, para Marx, é “[...] a forma asiática a que se mantém com maior tenacidade e durante maior tempo”.⁸⁶ O que se explicaria pelo maior compromisso dela com a base comunitária, mais resistente, pelo desconhecimento da propriedade privada plena,⁸⁷ aos efeitos dissolutivos do desenvolvimento mercantil. Assim, a relativa estabilidade histórica das “formas asiáticas” contrasta firmemente com a velocidade e radicalidade das transformações operadas na história ocidental, cujo destino errante inicia-se com a “pequena comuna guerreira”, paradigmaticamente representada pela pólis grega.

O comércio, daí a exacerbada crítica de Aristóteles à crematística, expressão precoce da hipóstase da esfera distributiva configurada em mercado, é o grande desestabilizador das figuras sociais, tendo no dinheiro, paradoxalmente, signo de ligação entre os proprietários privados, o principal veículo da mensagem desagregadora. Ao facilitar o processo de acumulação de riqueza, de forma, em princípio, ilimitada, o dinheiro, *per se*, não provoca, mas permite que as contradições

⁸⁵ Aliás, se há um denominador comum no pensamento de Marx, que o acompanha da juventude até a morte, este se encontra em sua apreciação crítica acerca da propriedade privada. Com efeito, o escrito juvenil de Engels, “Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie”, publicado originalmente no *Deutsch-Französische Jahrbücher* (Paris, 1844), sempre encomiado por Marx e que, como ele próprio confessa, o despertaria para a Crítica da Economia Política, tem como pedra angular a denúncia da propriedade privada, uma vez que “[...] à Economia não se lhe passou pela cabeça deter-se na razão de ser da propriedade privada” (Engels, “Esbozo de Crítica de la Economía Política”, in *Breves Escritos Económicos* [compilação], México, Grijalbo, 1978, p.10). A natural evocação a Rousseau (cf. *Discours sur l’Origine et les Fondements de l’Inégalité parmi les Hommes*) que daí emerge, não deve, contudo, obnubilizar o fato de que, para Marx, ao par das mazelas que enseja, a propriedade privada constituiu um estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas, *conditio sine qua non* de sua própria superação.

⁸⁶ *Ibid.*, Tomo I, p. 353.

⁸⁷ “Na forma asiática (ou pelo menos em sua forma mais corrente), a propriedade não existe, não existe mais que a fosse por parte do indivíduo. A comuna é o verdadeiro proprietário. Só existe a propriedade coletiva do solo” (*Ibid.*, Tomo I, p. 350).

iminentes ao desequilíbrio na apropriação da riqueza social alastrem-se rapidamente.

Neste sentido, para Marx,

A riqueza monetária, o dinheiro acumulado pelos comerciantes, contribuiu indubitavelmente para acelerar a dissolução das antigas relações de produção [...]. O desenvolvimento do valor de troca, estimulado por meio do dinheiro acumulado pela classe dos comerciantes, dissolve a produção orientada essencialmente para o valor de uso imediato, assim como as formas correspondentes de propriedade [...].⁸⁸

O risco de desagregação social que se expressa através do desenvolvimento da forma dinheiro foi advertido pelas melhores inteligências do Mundo Antigo. Por isso,

Tal avanço, não obstante, não pode ser contido e, mesmo proscrita como pecado *contra naturam*, a riqueza monetária, inclusive a usura, vai aos poucos se legitimando e de opróbrio pode, com a Reforma, transformar-se em predestinação. Este destino mais fluído e mutável ensejado pela propriedade privada e produzido pela dissolução dos laços comunitários, com a configuração de um mercado mundial e, sobretudo, com a Revolução Industrial, unificará as diferentes histórias paralelas em uma história universal. Foi, portanto, pela via oblíqua que uma história singular converteu-se em história geral. Foi pela exceção que se instituiu a regra.⁸⁹

A história do capitalismo não é, *per se*, geral e universal, porque “A história universal nem sempre existiu; sob a forma de história universal, a história é um resultado”.⁹⁰ Aliás, tal resultado, já era atribuído por Marx, desde 1845, à

⁸⁸ Ibid., Tomo I, p. 373.

⁸⁹ Ibid., Tomo II, p. 585.

⁹⁰ MARX, Karl. “Introduction générale à la critique de l'économie politique” (1857), in *Œuvres: économie*, op. cit., Tomo I, p. 265.

grande indústria, e ao corolário complexo de condições e desdobramentos que a envolvem. Pois foi ela quem

Criou, por primeira vez, a história universal, fazendo com que toda nação civilizada e todo indivíduo, dentro dela, dependesse do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, acabando com o exclusivismo natural e primitivo das nações isoladas que até então existiu".⁹¹

4 O Prefácio de 1859 e os *Grundrisse*

Se a interpretação stalinista do *Prefácio de 1859* parece imediatamente inconsistente pela ostensiva presença ali do "modo de produção asiático", quando se ilumina a famosa passagem a partir da leitura dos *Grundrisse*, escritos entre 1857 e 1858, e, portanto, num contexto teórico bastante próximo, transparece, não uma seqüência unilinear, mas uma história múltipla ou, pelo menos, dual. A vertente histórica privilegiada, por razões óbvias, sobretudo para quem estava empenhado em desenvolver um projeto de crítica da economia política, teve que ser aquela que desembocou no capitalismo e fez dele o arauto da história universal.

Porém, as lentes dos *Grundrisse* têm um alcance mais amplo, podendo inibir a leitura reducionista do conceito de "modo de produção", mesmo no contexto da metáfora construtivista da *Überbau*, que poderia sugerir uma superposição estanque das formas da consciência a determinações mais prosaicas. Com efeito, um reducionismo estanque não parece atilado com o conceito de "produção", tal e como é desenvolvido na *Introdução de 1857*, onde a produção não pode estar dissociada do consumo, nem da distribuição (inclusive em sua forma de intercâmbio ou mercado), sem as quais ela mesma não teria sentido. Daí que Marx conclua o seguinte: "O resultado a que chegamos não é que a produção, a

⁹¹ MARX, Karl. *La Ideología Alemana*, México, Cultura Popular, 1974, p. 69 ["Die deutsche Ideologie", in *Die Frühschriften*, Stuttgart, Alfred Kröner, 1953, pp. 590/591].

distribuição, a troca, o consumo são idênticos, mas que eles são elementos de um todo, diferenças no seio de uma unidade".⁹²

Assim, o famoso "primado da produção", *tout court*, não pode ser aceito, a menos que o conceito de produção seja assumido em acepção equivalente ao de reprodução, conforme sugeriu Rosa Luxemburg em 1912⁹³ e pode ser encontrado em *O capital*, em passagens como a seguinte:

O processo capitalista de produção, considerado em sua interdependência ou como processo de reprodução [Reproduktionsprozeß], pois, não só produz mercadoria, não só mais-valor, senão que produz e reproduz [produziert und reproduziert] a própria relação capitalista: por um lado o capitalista e pelo outro o assalariado.⁹⁴

A obra posterior de Marx, portanto, também parece corroborar essa pretensão de interpretar o *Prefácio de 1859* com base nos *Grundrisse*. Só assim, por exemplo, cobraria pleno sentido a irritação de Marx quando, em 1877, em correspondência dirigida à revista russa *Otietschestvenie Sapinski* queixa-se asperamente de um comentarista que

De qualquer maneira quer converter meu esboço histórico sobre as origens do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria filosófico-histórica sobre a trajetória geral à qual

⁹² MARX, Karl. "Introduction générale..." (1857), *idem*, p. 253.

⁹³ Cf. Luxemburg, Rosa, *La Acumulación de Capital*, México, Grijalbo, 1967, p. 13. Comentários mais abundantes acerca do conceito de **reprodução** e sua relevância teórica podem ser encontrados em meu artigo intitulado "Para uma Teoria da Cultura", *in* *Novos Rumos* n.º 35, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, 2001, pp. 35-46.

⁹⁴ MARX, Karl. *El Capital*, *op. cit.*, Livro I, vol. 2, p. 712 [*Das Kapital*, *op. cit.*, Livro I, p. 604]. Aliás, todo o capítulo do Livro I acerca da "Reprodução Simples" [*Einfache Reproduktion*] reitera a idéia básica, sustentada desde o início de que "[...] considerado desde o ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo constante de sua renovação, todo o processo social de produção é ao mesmo tempo um **processo de reprodução**" (*ibid.*, p. 695 [p. 591]).

se acham fatalmente submetidos todos os povos, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas que neles incidam [...]".⁹⁵

A passagem é, *per se*, suficientemente eloqüente e seus efeitos críticos poderiam ser estendidos, com facilidade, a Stalin e seus epígonos. Ademais, as conjecturas de Marx com relação às "sociedades asiáticas" são mantidas em *O Capital* em um sentido muito próximo ao daquele presente nos *Grundrisse*, indicando o ulterior aproveitamento de certas concepções dali oriundas, diminuindo, senão eliminando, a força do argumento que descredenciaria rascunhos em benefício da obra publicada pelo autor intencionalmente.⁹⁶

Com esta observação não se pretende, contudo, desconhecer as flagrantes divergências existentes entre uma obra e outra, perceptíveis, entre outras coisas, nas profundas modificações nos respectivos planos originais das mesmas (a primeira em quatro livros, por exemplo, a segunda em seis, etc.) e por suas importantes diferenças conceituais.⁹⁷ Mas tampouco pode se notar a preservação da unidade temática que caracterizou o projeto de Crítica da Economia Política e que consumiu o melhor do esforço intelectual de Marx, ao longo da maior parte de sua vida.

5 A forma germânica

Outra dificuldade que se apresenta ao esquema stalinista é a forma germânica, expressão que serve para designar, obliquamente, uma ruptura entre os mundos Antigo e Medieval e não a transição linear de um para o outro. Na verdade, o feudalismo não se origina dum desdobramento natural

⁹⁵ MARX, Karl. "Cartas sobre el Tomo I de 'El Capital'", in *El Capital*, México, Fondo de Cultura Económica, 1974, Tomo I, p. 712.

⁹⁶ Cf. Marx, Karl, *El Capital*, México, Siglo XXI, 1981, Livro I, Vol. 2, pp. 434-436 [*Das Kapital*, op. cit., pp. 378/379].

⁹⁷ Para uma comparação detalhada e criteriosa entre as duas obras vide Rosdolsky, Roman, *Génesis y Estructura de El Capital de Marx*, Siglo XXI, México, 1978, pp. 27-85.

do escravismo antigo, mas é o produto da complexa simbiose entre os elementos remanescentes da *débâcle* do Império Romano com aqueles oriundos dos bárbaros invasores. Não há paralelo entre o modo como a sociedade burguesa foi gestada nas entranhas da medieval e a forma como esta última originou-se. A agonia do Mundo Antigo foi lenta e sua ruína paulatinamente plasmou-se no amálgama das reminiscências antigas com o legado bárbaro, gerando uma sociedade inteiramente nova.

Destarte, como assinalou Marx,

Em todas as conquistas existem três possibilidades. O povo conquistador submete o conquistado a seu próprio modo de produção (como os ingleses fizeram em nossos dias na Irlanda e, parcialmente, na Índia); ou então deixa subsistir o antigo modo de produção e contenta-se com um tributo (por exemplo, os turcos e os romanos); ou então se produz uma interação, de onde nasce uma nova forma, uma síntese (particularmente nas conquistas germânicas). [...] Os bárbaros germanos, dentre os quais a produção tradicional era a agricultura exercida pelos servos que viviam isolados no campo, puderam com maior facilidade submeter às províncias romanas a estas condições, quando a concentração da propriedade territorial, que se havia operado nelas, já tinha transformado por completo as antigas relações agrárias.⁹⁸

A ruína do Império Romano foi também a da produção mediante o trabalho escravo, utilizado em larga escala.⁹⁹ Pouco a pouco o latifúndio escravista vai cedendo lugar a uma forma de produção camponesa, gestada sob os influxos da desagregação da economia imperial no Ocidente, com a redução do comércio, da manufatura e da própria vida urbana em geral, e de sua fusão com as formas de produção comunitária praticadas pelas hordas invasoras. A pulverização

⁹⁸ MARX, Karl. "Introduction générale..." (1857), idem, pp. 251-252.

⁹⁹ O fato de que o escravismo tenha despontado outra vez na Modernidade parece indicar que sua supressão nunca foi completa, porém, um vigor das relações escravistas de produção, comparável ao do latifúndio romano, só seria recobrado (e superado) na América Colonial.

e a desagregação do Estado Romano, notadamente em sua porção ocidental, vêm acompanhadas, sem embargo, de melhorias técnicas no processo produtivo. Charles Parain, por exemplo, sustenta que o Norte da Gália, já nos estertores do Império, sobressaía por exhibir importantes aperfeiçoamentos técnicos.¹⁰⁰

Não foi mera coincidência que isto se verificasse nos confins do Império, onde os laços escravistas não se haviam desenvolvido plenamente e, principalmente, vale a pena sublinhar que, neste contexto geográfico, manifestar-se-ia a forma feudal em sua feição mais pura. A nova organização social caracterizou-se pela profunda associação do trabalhador à terra, a ponto de que o domínio sobre a mesma passasse a equivaler domínio sobre o trabalhador. O trabalho manual, que nunca foi guindado inteiramente ao patamar de uma atividade nobre, perdeu, entretanto, o caráter abjeto de função apropriada a escravos. Ordens religiosas praticavam a agricultura e produziam utensílios em seus domínios, servindo-se da força de trabalho, inclusive, de monges e a eles, precisamente, são creditados importantes aperfeiçoamentos técnicos. Segundo Derry e Williams

[...] parece provável terem sido os monges dos grandes mosteiros os primeiros proprietários rurais que adotaram a melhoria fundamental da agricultura na Idade Média: a substituição da rotação bianual dos cultivos segundo o sistema romano, pela rotação trianual".¹⁰¹

¹⁰⁰ Em suas próprias palavras: "[...] ninguém discute que a França do Norte fosse o centro de formação, logo de difusão do feudalismo. Se se admite, pois, que esta região teve, já durante o Império Romano, uma importância, ou melhor dito, se nela se deu um avanço cada vez maior com respeito ao resto da Gália e inclusive de outras regiões romanizadas, não só do ponto de vista militar, senão também economicamente, tecnologicamente, em particular, no domínio fundamental da agricultura, pode-se ver, ao mesmo tempo, como isso não se deve a circunstâncias exteriores ou acidentais, senão que foi consequência lógica, uma necessidade interna que produziu a passagem do modo de produção escravista ao feudal" (Parain, Charles, "El Desarrollo de las Fuerzas Productivas em la Galia del Norte y los Comienzos del Feudalismo", in Parain et alii, *El Modo de Producción Feudal*, Madri, Akal, 1976, p. 53).

¹⁰¹ DERRY, T. F. e WILLIAMS, T. I., *Historia de la Tecnología*, 3 Tomos, México, Siglo XXI, 1980, Tomo I, p. 41.

A superioridade técnica do Mundo Medieval sobre o Antigo parece evidente, particularmente no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas. A ampla utilização dos moinhos revolucionou a produção, aplainando o caminho para o desenvolvimento do maquinismo e, em última instância, para a Revolução Industrial, pela utilização de uma força motriz revolucionária, independentemente das limitações inerentes à tração humana ou animal.¹⁰² Variadas formas inovadoras de arados, segadeiras, de pratos culturais, enfim, contribuíram para o aumento da produtividade agrícola e facilitaram a incorporação de novas áreas de cultivo.

No século XIII o feudalismo europeu havia produzido uma civilização unificada e desenvolvida, que representava um avanço tremendo sobre as rudimentares e confusas comunidades da Idade Obscura. Os índices deste avanço foram múltiplos. O primeiro e mais fundamental deles foi o grande salto adiante no excedente agrário produzido pelo feudalismo. As novas relações de produção permitiram, com efeito, um surpreendente incremento na produtividade agrícola. As inovações técnicas que constituíram os instrumentos materiais deste avanço foram múltiplos. O primeiro e mais fundamental deles foi o grande salto adiante no excedente agrário produzido pelo feudalismo. As novas relações de produção permitiram, com efeito, um surpreendente incremento na produtividade agrícola. As inovações técnicas que constituíram os instrumentos materiais deste avanço foram, essencialmente, a utilização do arado de ferro para o cultivo, os arreios rígidos para a tração eqüina, o moinho de água para a energia mecânica, os adubos para a melhoria do solo e o sistema de rotação trianual dos cultivos”.¹⁰³

¹⁰² Como exemplificou Marx, “O moinho a braço vos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista” (Marx, Karl, “Misère de la philosophie”, in *Œuvres: économie*, op. cit., Tomo I, p. 79). E, mais adiante, acrescenta: “O moinho a braço supõe outra divisão do trabalho que o moinho a vapor” (ibid., p. 99).

¹⁰³ ANDERSON, Perry. *Transiciones de la Antigüedad al Feudalismo*, México, Siglo XXI, 1979, pp. 185-186.

Uma das principais conseqüências do incremento da produção agrícola foi o crescimento demográfico, com as profundas repercussões que costuma acarretar. Sem ser causa eficiente, o aumento da produção agrícola, no entanto é *conditio sine qua non* para o crescimento da população, para a intensificação da atividade comercial e, finalmente, para o fortalecimento da atividade urbana em geral. Assim, segundo Hilton,

O desenvolvimento espetacular do comércio internacional, a industrialização de Flandres, Brabante, Liège, Lombardia, e Toscana, o crescimento dos grandes centros como Veneza, Gênova, Bruges, Paris, Londres vêm cronologicamente depois do desenvolvimento das forças de produção na agricultura [...].¹⁰⁴

Este processo obedeceu, sem embargo, a uma sistemática cíclica, onde o período de maior dinamismo coincidiu, *grosso modo*, com o florescimento cultural, caracterizando um "renascimento". Aliás, tal processo espasmódico, que configurou a longa gestação do capitalismo no seio da medievalidade já tinha sido, em seu momento, intuído claramente por David Hume.¹⁰⁵

Não obstante, o que parece mais relevante de ser sublinhado, é que o caráter do processo histórico medieval comporta traços constitutivos que o distinguem essencial

¹⁰⁴ HILTON, Rodney. "Comentários", in Dobb, Maurice et alii, *La Transición del Feudalismo al Capitalismo*, Medellín, Pepe, 1973.

¹⁰⁵ Com sua habitual elegância, Hume expressa-se da seguinte forma: "A mesma época que produz grandes filósofos e políticos, renomados generais e poetas geralmente prolifera em hábeis tecelões e carpinteiros de navios. Não podemos, com razão, esperar que um pedaço de tecido de lã atinja a perfeição numa nação que ignora a Astronomia ou negligencia a Ética. O espírito da época ufeta a todas artes e a mente dos homens, uma vez despertas de sua letargia e postas a fermentar, voltam-se para todos os campos e produzem aperfeiçoamentos em todas as artes e ciências. A ignorância profunda é totalmente banida e os homens gozam o privilégio de criaturas racionais, tanto de pensar como de agir, de cultivar tanto os prazeres da mente como os do corpo" (Hume, David, "Escritos sobre Economia", in Petty, Hume e Quesnay [compilação], Col. "Os Economistas", São Paulo, Nova Cultural, 1986, p. 194).

mente daqueles que figuravam no Mundo Antigo. Dentre eles, destaca-se, sem dúvida alguma, as profundas diferenças entre os burgos medievais e a cidade antiga. Porquanto, os primeiros, apesar de acanhados em relação às congêneres antigas e orientais, foram comunidades que procuraram a autogestão, exercitando o comércio e a manufatura, e desenvolveram uma autonomia corporativa, política e militar, em relação à nobreza e à Igreja, que lhes permitiu superar todos os limites.

A oposição entre o campo e a cidade foi uma das avanças que pôs em movimento a sociedade feudal e, à larga, ensejou a dominação do rural pelo urbano, invertendo o signo originário do processo, e Marx expressou concisa e elegantemente esta dinâmica ao afirmar o seguinte:

A história da Antigüidade clássica é a história da cidade, porém esta cidade tem por base a propriedade territorial e a agricultura. A história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada da cidade e do campo (as grandes cidades propriamente ditas devem ser consideradas como simples campos principescos, redundância da organização econômica). A Idade Média (período germânico) parte do campo, centro da história, e se desenvolve depois através da oposição entre a cidade e o campo. A história moderna é a da urbanização do campo e não, como na Antigüidade, a da ruralização da cidade"¹⁰⁶

6 Comentário final

A pretensão stalinista de construir uma filosofia da história, reducionista e inexorável, instituindo, como corolário, uma escatologia (a dos "cinco estágios"), leva-o, em verdade, a um "fundamentalismo" (para usar a expressão em voga) laico. Tão religioso, não obstante, quanto seus atávicos sucedâneos deístas. Sustentar que Marx estivesse comprometido com tal simplismo foi uma das maldições que se disseminaram à esteira do proselitismo manualesco, porém, evidentemente, não se sustenta na letra do autor.

¹⁰⁶ MARX, Karl. *Los Fundamentos de la Crítica...* [Grundrisse], op. cit. Tomo I, p. 349.

Só a complexa configuração histórica da tríade fetichóide (mercadoria, dinheiro e capital) poderia sugerir uma interpretação tão ampla, mas sua inexorabilidade não estaria constituída *a priori* para Marx, pois sua universalidade só instauraria quando, em virtude de conjunturas particularmente propícias a seus sucessivos desdobramentos, desembocou, sob a égide da figura capital, na Revolução Industrial. A tríade fetichóide representa a configuração da história categorial da socialidade (ou forma) burguesa, porém é incapaz de descrever todas as complexas sutilezas da multifacética história real.¹⁰⁷ O capitalismo, que instituiu uma história universal, subsumindo processos relativamente independentes e plurais, só se consumou quando a figura capital (apoteose da tríade fetichóide) incorporou plenamente a *ratio* iluminista, convertendo, na grande indústria, a ciência em força produtiva. Até que isto acontecesse a história do "Oriente" era uma outra história, que se mantém viva, ademais, através das profundas reminiscências de seu enorme legado.

¹⁰⁷ Um tratamento mais amplo das relações entre o lógico e o histórico na obra de Marx pode ser encontrado em meu artigo "Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política de Marx", *op. cit.*, nota 61, pp. 73-74.